

A MALDADE DOS ANJOS¹

AUTORA: Adriana Aparecida de Souza

Orientadora: Elisete Schwade

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Agência Financiadora: CAPES

O que pretendo discutir neste artigo é a apreensão, por parte da mãe, de práticas pedagógicas violentas tendo como foco a oposição entre a mãe boa e a mãe má. Levo em conta o distanciamento dessas práticas enquanto socialmente justificadas. Sendo assim, é necessário compreender o que é ser mãe e suas atribuições, de um lado tendo que ser carinhosa e do outro lado severa quando esta julga ser necessário. Portanto, nos mostrando duas formas antagônicas de maternidade, uma em que a mulher é corpo, sentimento, dedicação, proteção e incapaz de praticar violência; e, do outro, a mulher, que muitas vezes tem como papel o de castigar seus filhos tendo a disciplina física como método. Dessa forma, busca-se então uma relação entre a imagem da boa mãe a que cuida, e que se dedica ao bem-estar de seu filho e a mãe má a que castiga. Este trabalho é um recorte da pesquisa realizada para a aquisição do título de Mestrado.

Palavras Chave: Mãe; Cuidar; Disciplina

INTRODUÇÃO

Em nossa história nota-se que a relação entre mãe e filho nem sempre foi tão próxima, em alguns momentos históricos não existia laços afetivos entre mãe e filhos. Essa relação foi sendo modificada de acordo com a necessidade dada pela sociedade. Porém, isto não foi o que ocorreu na história da infância da Idade Média da Sociedade Ocidental. Neste trabalho intitulo minhas entrevistadas de anjos, pois pretendi buscar algo que representasse angicalidade.

A maternidade é uma experiência complexa, que pode gerar sentimentos contraditórios. O comportamento materno não é de forma alguma universal para que se possa falar em instinto materno. Como bem nos diz Badinter (1985: 16) “A amamentação no seio e os gritos do recém-nascido estão longe de provocar, em todas as mães, as mesmas atitudes.” O amor materno não está inscrito na natureza feminina. Ele é apenas um sentimento humano, que é construído e cultivado culturalmente na relação entre mãe e filho, como tal, é incerto, frágil, e imperfeito. Podendo ou não existir.

Badinter (1985) faz uma análise histórica da maternidade, questionando a existência do amor materno como algo natural, incondicional, abnegado e absoluto,

¹ Trabalho apresentado na 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho, Porto Seguro, Bahia, Brasil.

fruto de um instinto invencível, encontrado em todas as mulheres normais que se tornam mães. Ou seja, questiona que a mulher já nasce para ser mãe. Em sua obra ela retoma a trajetória das relações entre mães e filhos na Europa, desde o século XVII até o século XIX, mostrando como foi produzido e construído este mito de amor, tão decantado hoje e considerado como uma verdade incontestável por muitos.

O objetivo deste artigo é analisar a punição corporal sofrida por crianças e adolescentes e praticadas pelas mães das mesmas. E como se dá essa relação entre mãe e filhos. Diferente das teorias correntes este trabalho pretende argumentar que esta punição corporal é fruto não apenas de uma reprodução dos comportamentos dos pais destas mães. Mas sim, um meio de disciplinar os indivíduos, já que a maioria das mães entrevistadas segue uma escala crescente quando o diálogo com seus filhos falha a opção seria o castigo não físico (como retirar algo que a criança goste) e logo depois o castigo físico.

A MATERNIDADE TEM UMA HISTÓRIA

É na tentativa de fomentar discussões sobre as formas antagônicas de maternidade que buscamos mostrar neste artigo uma visão histórica da relação entre a imagem da mãe boa e da mãe má.

Na Europa dessa época a família medieval dava pouca importância às crianças. Elas ficavam em casa até a idade de sete ou nove anos, quando eram mandadas para casas de outras pessoas, para fazerem o serviço pesado, e na qual permaneciam mais sete ou nove anos. Nessa época, a família existia apenas como transmissora da vida, dos bens e dos nomes, e como tal os pais não tinham relações afetivas com seus filhos.

A mãe carregava o filho no ventre, mas logo que dava à luz entregava seu filho a uma “nutriz” para que essa o amamentasse, as mulheres tomavam essa atitude para continuarem com o corpo atraente, isto era uma prática do meio urbano. Essa atitude ocorreu na Europa Ocidental no século XIV e difundiu-se no decorrer do século XV. Uma vez entregue a criança à ama, os pais se desinteressavam de sua sorte. Não existia empenho em saber sobre a saúde de seus filhos. Sendo assim, observa-se nesse período um altíssimo índice de mortalidade infantil. Até o início do século XVI as crianças morriam com facilidade, pois não se tinha o cuidado devido para que elas crescessem, e sua morte era insignificante sendo vista como algo natural e banal,

facilmente reparável com o nascimento de outra criança. E não era diferente no Brasil Colonial a morte da criança era aceita como uma fatalidade, sendo substituída por outra. A criança não era vista como um ser que faria falta. (Priore, 2000).

Nesta época a mãe não nutria nem um tipo de sentimento pelos filhos muito menos como o que se conhece hoje sobre “amor materno”, este sentimento é recente. A atenção pela criança veio surgir já no século XVI quando a sociedade e o Estado passaram a se interessar pela sorte das crianças. Começou então todo um movimento em prol do bem-estar e da sobrevivência das crianças.

Segundo Scavone (2004) algumas práticas vão receber mais ou menos atenção de acordo com o grupo social, a cultura e a época em que estão inseridos, e que assim se manifestam em modos de agir. A amamentação, neste sentido, foi influenciada pelas diversas fases da relação das mulheres com o ato de amamentar e as determinações de classe social implicadas. No Brasil, o aleitamento materno não foi diferente ele começou a ser recomendado a partir da segunda metade do século XIX, no momento em que a criança da elite passou a ter importância econômica e política, no entanto, já havia uma dedicação das amas-de-leite escravas nessa função que apenas passou a ser “nobre” para as mulheres da elite na medida em que os interesses políticos desta classe necessitavam de manter a coesão familiar.

Pelo fato de a criança ser, desde muito cedo, afastada do convívio de sua família, a qual só voltava, quando voltava, já adulta, impedia a existência de um laço mais profundo entre pais e filhos, na Europa dos Séculos XVI, XVII e metade do XVIII. No Brasil Colonial já havia começado a valorização do aleitamento materno, tanto pela Igreja como pelos médicos. Porém, as senhoras ainda não tinham o costume de amamentar, dando esta tarefa para as escravas, tanto que as mulheres escravas que davam à luz eram empregadas como fornecedoras de alimento para as crianças de outras categorias, e chegavam a ser alugadas por um bom preço para esta finalidade.

No Brasil Colonial quando as mulheres alforriadas eram abandonadas pelos seus companheiros elas criavam seus filhos como podiam e algumas vezes chegavam a vender as próprias filhas para sobreviverem. E as crianças nas famílias pobres ao completarem sete anos já começavam a trabalhar para ajudar no sustento da família.

Porém, segundo Badinter (1985) foi somente a partir de 1760, na Europa, e somente após a chegada da família real, no Brasil, em 1808, segundo Priore (1999), que o sentido de intimidade familiar começou a ser construído, e o convívio exclusivo com os pais foi valorizado. Foi nesta época também que se evidenciou um novo sentimento

de infância, na qual médicos, e literários atestam algumas atitudes que prejudicavam as crianças, como é o caso do aleitamento confiado a uma ama estranha à família, os médicos culpavam os pais alegando que até os animais nutrem bem seus filhotes. A descoberta da importância da criança começou no século XIII, porém foi no fim do século XVI e durante o século XVII que seu desenvolvimento tornou-se significativo.

Os cuidados e o carinho maternos se mostraram bastante vantajosos para a sociedade e para o Estado, nesse período, tendo em vista que eram fatores insubstituíveis para a sobrevivência e o conforto do bebê, que até então apareciam como imperativos morais. Contudo, a batalha para convencer as mulheres do seu novo papel não foi fácil, foram necessários mais de cem anos para combater o egoísmo e a indiferença materna. O sentimento de amor materno surgiu na sociedade Ocidental apenas depois da Idade Média.

As modificações relacionadas à maternidade e aos cuidados maternos tanto na Europa como no Brasil articulam-se com as transformações econômicas que permitiram a organização dos Estados modernos e acompanharam a instalação da ordem econômica burguesa, a partir do século XVII. Assim, o discurso médico colaborou na promoção de uma nova forma de relação entre mãe e filhos, favorecendo características específicas para o papel materno, passando este a ocupar lugar central. (Moura e Araújo, 2004; Badinter, 1985). Ou seja, constituindo-se esse tipo de vínculo, tradicionalmente descrito como “instintivo” e “natural”, em um mito construído pelos discursos filosófico, médico e político a partir do século XVIII.

Essas modificações, porém, foram surgindo aos poucos, e não sem resistências, de forma que somente no último terço do século XVIII sua disseminação se tornou mais evidente. O foco ideológico desloca-se progressivamente da autoridade paterna ao amor materno, pois a nova ordem econômica que passa a vigorar com a ascensão da burguesia enquanto classe social o impunha como imperativo, entre outros, à sobrevivência das crianças.

Desta forma, os discursos políticos, médicos, e da própria Igreja Católica que passaram a exaltar o “amor materno” como um valor ao mesmo tempo natural e social, favorável à espécie e à sociedade, incentivaram a mulher a assumir diretamente os cuidados com a sua descendência.

Segundo Moura e Araújo (2004) foram dois discursos diferentes que convergiram em defesa da criança para modificar a atitude da mulher perante os filhos: o primeiro era o discurso econômico, apoiado em estudos demográficos, que

demonstravam a importância do numerário populacional para um país e alertavam quanto aos riscos e danos decorrentes de um suposto declínio populacional em toda a Europa e, um segundo que, era a nova filosofia – o liberalismo – que se aliava ao discurso econômico, favorecendo ideais de liberdade, igualdade e felicidade individual (cf. Badinter, 1985). Como também um outro discurso proferido por médicos, moralistas, administradores e chefes de polícia que juntos reforçavam a necessidade de a mulher ocupar-se com os filhos. Tal discurso baseava-se no argumento de que essa seria a forma “natural” de cuidados com a criança, pois já que só a mulher era capaz de gestar e parir, sendo esses, atos referidos apenas à “natureza feminina” a educação e os cuidados com a prole, também seriam atos da mulher.

O comportamento comum na sociedade da época, de recusa ao aleitamento materno, foi se codificando também no Brasil como uma infração às leis da natureza, o que permitiu não somente a culpabilização das infratoras, mas a instalação de um sentimento de anomalia. Além disso, a insistência quanto à amamentação permitiu que se regulasse a vida da mulher, confinando-a por um longo período ao ambiente doméstico (os períodos de aleitamento se estendiam por dois anos ou mais), porém voltando sua atenção ao cuidado, à educação e à vigilância não só da criança como também da família. Também aqui, os cuidados maternos passam a ser valorizados e esse novo olhar sobre a criança possibilitou a manifestação do “amor materno”, que tornou-se não somente desejável mais também “natural”.

Assim, o papel da família aos poucos foi deixando de ser uma unidade econômica para tornar-se um lugar de afetividade, originando uma nova forma de amor materno. Desse modo, as mulheres passaram a assumir a responsabilidade no cuidado com os filhos, preparando-os para ocuparem um lugar na sociedade.

Com todo esse interesse pela maternidade, as mães começam, aos poucos, a se interessar pelos filhos e a fazer questão de amamentá-los elas mesmas, em sua própria casa, transformando-os em objetos de toda a sua atenção. O ser mãe então adquiriu uma enorme importância na família em nossa sociedade. Segundo Falcker e Wagner (2000) o dito popular “mãe é um ser de amor incondicional e de dedicação irrestrito”, capaz de dar a vida pelos filhos, de sacrificar seus sonhos, desejos e fantasias, um ser cheio de doçura e paciência, que tem pelos filhos uma afeição que nada pode abalar, popularizou-se em: “mãe só tem uma”.

Ainda hoje a sociedade brasileira tem para o ser “mãe” o descrito pelo dicionário² a de que mãe é origem, fonte, berço, pessoa muito boa, dedicada, desvelada, são esses os atributos impostos ao papel social da maternidade na sociedade brasileira. A sociedade tem a visão de mãe ideal, aquela que é responsável pelo bem-estar psicológico e emocional da família, atribuindo a idéia mítica de amor e afeição. Apesar do crescente questionamento sobre o amor materno incondicional e inato, que vem sendo discutido já permitem difundir que o amor materno é uma construção social e não algo inato da mulher. O papel de mãe ainda é visto como algo natural ao feminino e culturalmente, a mulher se sente responsável pelo cuidado e educação dos filhos. Devido a estas novas responsabilidades, surgiu a culpa como forma de condenação às mulheres que não sabiam ou não podiam realizar o papel de mãe com perfeição. As mulheres que se distanciassem do modelo “ideal” de mãe poderiam ser acusadas de egoísmo, maldade e até de desequilíbrio.

Isto pode ser percebido em nossa pesquisa realizada na cidade de Natal³, a qual a idéia que se tem de mãe é aquela que cuida, alimenta, leva à escola, ao médico. Como pode ser percebido nas falas de nossas entrevistadas:

Porque para você ser uma mãe você tem que ser uma mãe muito ativa, é ter responsabilidade, é levar eles para o médico, fazer exames, porque minhas filhas não estão sendo cuidadas como elas eram comigo. Porque o povo chega para mim Ariel quando tuas filhas viviam no teu poder eram limpas, agora só vivem sujas, encardidas, as roupas tudo encardidas. (*Sic*) Anjo Ariel (informações verbais).

[...] estou cuidando deles até hoje estou dentro de casa. [...] Eu quero dar outra criação a ela, eu arrumo a casa, faço comida, eu dou outra criação a ela. (*Sic*) Anjo Geliel (Informações verbais).

Porque tem meninos aí que não tem o que comer, moram tudo em um barraco e a mãe cuida direitinho, eles não vão tomar, o negócio é cuidar. E você cuidava dela sim. (*Sic*) irmã do anjo Misael (informações verbais).

Também foi notado por Fonseca (2000) em uma pesquisa realizada numa comunidade pobre da Cidade de Porto Alegre/RS/Brasil na qual a imagem da mulher

² FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Miniaurélio Século XXI Escolar: O minidicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

³ A pesquisa foi realizada na periferia da Cidade de Natal nos meses de julho a outubro de 2007. Foram entrevistadas cinco mães que tinham filhos com idade entre 0 a 11 anos, atendidas pelo Conselho Tutelar (CT); e cinco mães também da periferia, porém que não estivessem sido denunciadas ao CT., com a intenção de compreender como se dava a relação entre mães e filhos. A pesquisa foi baseada em análises qualitativas das entrevistas.

gira quase exclusivamente em torno de suas tarefas domésticas, ali ela deve ser uma mãe devotada e uma dona-de-casa eficiente.

Dessa forma, o que fica claro é que perante a sociedade e para as próprias mães as crianças estão sobre sua responsabilidade e cabe a elas se dedicarem ao máximo para cumprirem este papel, imposto pela sociedade e legitimado por elas. Podemos perceber essa dedicação também no relato das entrevistadas quando falam de sua vida com seus pais:

[...] a mesma educação que recebi é a mesma das minhas filhas não mudei nada, não gosto das minhas filhas soltas na rua, sujas, e minha mãe fazia a mesma coisa. (*Sic*). Anjo Ariel. (informações verbais).

[...] minha mãe que tomava conta da gente naquela época não tinha creche, ela que tinha que tomar conta mesmo. Ela acordava de madrugada para fazer as coisas lavar roupa, varrer casa, colocar comida no fogo. [...] Agente estudava, meu pai trabalhava de vigia, ele era vigilante. Tudo era mãe era quem batia, brigava, reclamava, e se brinca ainda hoje ela faz. Minha mãe não ficava na Mao do filho como eu não. Agente a respeitava. (*Sic*). Anjo Caliel. (Informações verbais).

Eu só tive mãe minha mãe era uma boa pessoa não bebia não fumava. [...] Minha mãe era mãe solteira e criou 7 filhos, cada um de um pai diferente sozinha. (*Sic*). Anjo Aniel. (Informações verbais).

Isto é, as mães das entrevistadas eram quem assumiam o papel de responsáveis pela educação e o cuidado com os filhos, enquanto os pais se dedicavam ao trabalho ou em alguns casos não existiam na vida diária das famílias. No momento em que as mães deixam de cumprirem o seu papel de cuidadoras, de dedicadas, de donas-de-casa elas precisam de algo que as tragam a realidade. Ou pelo menos, que mostrem para elas que esse não é um papel de mãe e talvez a punição para essas mães seja a perda da guarda um instrumento utilizado tanto para punir como para presentear.

Entre mãe e filho existem várias formas de sentimentos, dentre eles o amor, mais também pode existir ódio, raiva, rancor, mágoa, indiferença, desprezo, inveja e até ciúmes. Não é determinado, nem lei universal, mas depende da história de vida de cada mulher, e o sentimento de amor definitivamente não é inerente a todas as mães, mas sim reforçado culturalmente, como parte de sua formação como sujeito social.

Não é apenas o amor e o desejo que levam a mulher a assumir seus “deveres maternos”. O senso de responsabilidade, originado por valores sociais, morais e também religiosos pode ser um determinante tão poderoso quanto o carinho e a ternura

da mãe. Pois como se pode apreender o comportamento materno modificou-se apenas quando a sociedade passou a valorizar a infância e ao mesmo tempo colocou a mulher no papel fundamental de cuidadora dos filhos. “Quando não é valorizado por uma sociedade, o amor materno não é mais, necessariamente, desejo feminino.” (Badinter, 1985, p. 16).

A maternidade moderna passou a se configurar em uma nova fronteira complexa entre a natureza e a cultura. Porém, a experiência da maternidade na sociedade brasileira ainda está em processo de mudança, seguindo o padrão do tamanho de família que vigora nas sociedades industriais avançadas (proles reduzidas e maior reflexividade na escolha), mas ressaltando-se, porém, sua peculiaridade diante das profundas desigualdades sociais que vigoram no país. Apesar das mudanças sofridas a maternidade continua sendo afirmada como um elemento muito forte da cultura e identidade feminina pela sua ligação com o corpo e com a natureza.

Ao se pensar o sentimento maternal como algo construído, podemos compreender por que as mulheres agem de formas tão diferentes em se tratando do sentimento de carinho, afeto, proteção e dedicação que estão vinculados a idéia de maternidade. Quando mulheres decidem não ter filhos, as que não constroem uma relação de carinho, proteção e cuidados com seus filhos, e as que agredem, maltratam e violentam seus filhos. Essas mães são tidas como anormalidades, exceções patológicas, que se devem ao vício, egoístas, insensíveis, são tidas como “mães desnaturadas” no sentido que se portam em desacordo com a norma “natural”, ou seja, as que não seguem o padrão do que é tido como o ser mãe, são reconhecidas como anormais, verdadeiros monstros.

Ao se pensar o sentimento maternal como algo construído, podemos compreender por que as mulheres agem de formas tão diferentes em se tratando do sentimento de carinho, afeto, proteção e dedicação que estão vinculados a idéia de maternidade. Como aponta as denúncias nos processos do Conselho Tutelar do Rio Grande do Norte.

Ariel surtou depois que teve um aborto, embora antes se mostrasse rebelde, e agressiva, nunca agrediu suas filhas, cuidava bem delas e a casa que era muito limpa. Quando começou a apresentar comportamento estranho brigava na rua, batia nas crianças, não cuidava mais delas e não limpava mais a casa, agredia até os vizinhos. (*Sic*) mãe de Ariel. (em depoimento no relatório do Conselho Tutelar).

Sempre levam a idéia da boa mãe, em função de ser dela a responsabilidade do cuidar, mesmo sem ter condições econômicas, cabe a ela resolver o problema. Fonseca (2006) já discute isto em sua pesquisa na qual argumenta que nos grupos populares atuais certas mães aceitam que seus filhos sejam criados por outros, porque para elas o mais importante é que seus filhos serão mais “bem criados” em outra família. Ou seja, a responsabilidade dela é garantir bons cuidados à criança, porque segundo Fonseca não faz diferença para o filho e provavelmente não fará diferença no que diz respeito às suas lealdades filiais, pois os valores dominantes priorizam o laço de sangue, tenha ou não tenha sido criado pela mãe. Percebemos em nossas informantes que o ideal de mulher ainda é o de boa esposa e dona-de-casa como também que ela deve ter princípio morais para assumir esse papel.

[...] eu quero que minha filha seja como eu, seja uma boa dona-de-casa porque toda vida eu gostei de ficar em casa. (Sic) Anjo Gabriel. (informações verbais).

Eu acho que a mulher perfeita ela é honesta, vive dentro de casa, não vive fazendo coisas erradas, uma mulher que vive só para os filhos. (Sic) Anjo Miguel. (informações verbais).

Além de idealizarem a mulher como única e exclusivamente esposa e dona de casa, baseia-se na idéia de comportamentos impecáveis, ou seja, a mulher deve-se manter íntegra não desviar da moral e dos bons costumes que são tão apreciados por nossa sociedade.

Nos dias atuais com o desenvolvimento da idéia de proteção e amor para com as crianças, a mãe passou a ter uma relação afetiva com seus filhos, mas profunda e dedicada e em muitos casos chegando a ser dedicação exclusiva. No entanto, com as mudanças sofridas na estrutura familiar a mulher com mais espaço no mercado de trabalho, mães tendo que trabalhar para melhorar a renda familiar, sua presença foi diminuindo dentro do lar, mas sua responsabilidade continuou no mesmo lugar sem alterações. Exige da mulher sua presença na criação dos filhos, mas não fornece estrutura para que esta cumpra seu papel de mãe, profissional dona-de-casa e mulher. Esse sentimento também faz da mulher/mãe a responsável pela correção de seus filhos e que podem ser feitas através de práticas educativas violentas. Assim sendo, as mães por estarem em uma posição principal de cuidadoras das crianças, sobre elas também recairia o ato de disciplinar seus filhos, mantendo uma relação dual de amor e violência com eles.

Nesta contextualização das relações nas quais elas praticam a punição física em seus filhos. Discutiremos especificamente, as ações delas nas relações com seus filhos vendo-os como agentes socializadores, conforme verbalizações feitas durante as entrevistas.

Eu coloco limites, converso se não for na conversa, vai na tapa e de todo o jeito eu exijo respeito, porque comigo é assim, se não me respeitar vai para tapa. Senão quiser ir no eixo, vai no pau, comigo é assim, só não dou para matar nem quebrar uma perna, nem braço, agente tem que dar uma palmada de vez em quando. Anjo Aniel (Informações Verbais).

[...] mas se precisar eu bato, [...], eu acho que é por isso que eles são assim. [...] Quem corrigia meus filhos sempre fui eu, porque o pai deles estava preso, mas quando ele mandava um recado eles tinham medo, mas ele nunca bateu neles não, só uma palavra que ele dava eles já obedeciam, era só ele falar os três começavam a chorar. Anjo Geliel (Informações Verbais).

[...] Eu só dou umas lapadinhas assim, nas mãos e nas pernas. [...] mas não adianta não conversar com ele não, ele só faz piorar. . Eu não acho errado não dar umas palmadas nas pernas e nas mãos. Anjo Caliel (Informações Verbais).

[...] Agente não deve criar os filhos espancando não, mas tem as horas que agente tem que bater nos filhos, claro que eu bati, mas ainda não bati nos momentos de precisão. Anjo Gabriel (Informações Verbais).

Na interação adulto e criança, muitas vezes há uma exacerbação da autoridade dos pais em relação aos filhos, desencadeando situações de abuso físico. Dessa forma, os castigos são aplicados e aceitos, pois há a crença de que para educar é necessário a utilização do castigo físico que condiciona os indivíduos a seguirem as leis sociais. (Sousa, 1994).

Guerra (1998) faz uma crítica a esse tipo de naturalização, alegando que essa atitude tanto condiciona a criança a tolerar mais o abuso, como também perpetua o ciclo vicioso da violência, justificando os comportamentos agressivos abusivos (a violência exacerbada, como o espancamento) e os tidos como naturais (as palmadas).

As literaturas sobre o assunto apontam como explicação mais recorrente à reprodução das experiências de violência familiar durante a infância e a adolescência, contribuindo assim, para a perpetuação destas. Reproduzindo os modelos de educação na infância.

Entendo aqui como disciplina as práticas ou técnicas de se exercer controle sobre outra pessoa, ou seja, ações de poder de indivíduos sobre indivíduos. Segundo Vaz (1997) A disciplina se diferencia de outras técnicas de se exercer o poder pelo modo com que investe o corpo e pela racionalização utilitária do detalhe. Ao invés de

produzirem sinais codificados de submissão, as técnicas disciplinares dissociam poder e corpo: aumentam sua eficácia na condição de diminuir a potência que poderia daí resultar.

Foucault esclarece que:

A disciplina é uma técnica de exercício de poder que foi, não inteiramente inventada, mas elaborada em seus princípios fundamentais durante o século XVIII. Historicamente as disciplinas existiam há muito tempo, na Idade Média e mesma na Antiguidade. Os mosteiros são um exemplo de região, domínio no interior do qual reinava o sistema disciplinar. A escravidão e as grandes empresas escravistas existentes nas colônias espanholas, inglesas, francesas, holandesas, etc., eram modelos de mecanismos disciplinares. Pode-se recuar até a Legião Romana e, lá, também encontrar um exemplo de disciplina. Os mecanismos disciplinares são, portanto, antigos, mas existiam em estado isolado, fragmentado, até os séculos XVII e XVIII, quando o poder disciplinar foi aperfeiçoado como uma nova técnica de gestão dos homens. Fala-se, freqüentemente, das invenções técnicas do século XVIII – as tecnologias químicas, metalúrgicas, etc. – mas, erroneamente, nada se diz da invenção técnica dessa nova maneira de gerir os homens, controlar suas multiplicidades, utilizá-las ao máximo e majorar o efeito útil de seu trabalho e sua atividade, graças a um sistema de poder suscetível de controlá-los. (Foucault, 1989, p.105).

A disciplina, ou como pretende-se denominar punições físicas são consideradas ações necessárias para conter, controlar, moldar, por exemplo, crianças “desobedientes” para que enfim estas permaneçam na norma, sigam um padrão de comportamento esperado e aceito como certo pelos pais e principalmente, pela sociedade.

De maneira geral nossa sociedade tolera o uso da força. Como bem nos diz Langley e Levy:

As agências da lei e os militares têm garantido para si o uso da força em suas funções, e os pais têm o direito de usar da força em seus filhos. A maior parte das pessoas não se preocupa com a força até que esta se transforma em violência, ou seja, quando a força é usada além de limites prescritos e mal definidos. (LANGLEY & LEVY, 1980: 103-104).

Assim, utiliza-se o termo punição corporal como sendo o ato de pais baterem em seus filhos, crianças ou adolescentes, como método de disciplinar. Porém, sabe-se que, ao impor a força física contra outro indivíduo que não pode se defender caracteriza-se o ato como violento. O que acontece é que a nossa sociedade ainda cultiva a punição corporal ou castigo físico como meio de disciplinar.

Numa pesquisa sobre a palmada como meio de punição, com 31 pessoas realizada na Cidade de Natal entre os meses de julho e agosto de 2007, observou-se que 52% dos entrevistados, apesar de reconhecerem que a melhor forma de educar é o diálogo, afirmaram que ainda utilizam a palmada para corrigir seus filhos, e que não reconhecem como violência. Ou seja, a maior parte dos entrevistados reconhecem a palmada como método necessário, e não reconhecendo a palmada como uma violência.

Essas ações são consideradas normais e são aceitas e praticadas cotidianamente, e apenas deixam de ser vistas assim, quando a comunidade e a sociedade deixam de vê-las assim, como é o caso das mães atendidas pelo SOS Criança que este trabalho vem discutindo, ou seja, os casos em que a própria comunidade denunciou essas mães ao SOS Criança. Conforme Relatório do Conselho Tutelar os depoimentos dos denunciantes dizem o seguinte:

a) Denúncia contra o Anjo Misael:

A avó paterna de sua filha Helena em depoimento alegou que no dia do acidente a mãe de Helena havia ligado para a mesma relatando o acontecido, e que ela já havia reclamado da falta de cuidados com a criança, pois a rua em que ela mora é muito movimentada e não era para ter deixado uma criança de dois anos andar na rua, e que na noite do fato soube que a Misael passou a noite vendendo drogas, pois tanto vende como consome entorpecentes. (Processo do Conselho Tutelar).

b) Denúncia contra o Anjo Geliel:

Denúncia anônima que tem três crianças que vivem na companhia da avó e da mãe e de uma tia que essa tia e a mãe vivem batendo nas crianças. Em depoimento a tia assumiu ser usuária de drogas e que batia na sobrinha, quando ela a sobrinha chega em casa drogada, para tentar corrigi-la, pois a adolescente vive roubando seu dinheiro e o da avó para comprar drogas. Já a avó alegou que a mãe e os filhos passaram a morar com ela desde que seu filho foi condenado a vários anos de detenção. Depois que o seu filho morreu assassinado na prisão a neta ficou muito rebelde e a mãe das crianças saiu de casa e passou a viver, maritalmente, com uma mulher que não aceita suas filhas. (Processo do Conselho Tutelar).

c) Denúncia contra o Anjo Aniel:

A denúncia foi feita anonimamente, alegando que Aniel e o seu marido expuseram seus filhos, a privação de alimentos e de cuidados indispensáveis, além de abusar nos meios de correção e disciplina. E que em outras oportunidades empregavam meios de correção e disciplina imoderados, pois batiam nos seus filhos utilizando sandálias, tapas, pedaços de pau, raspador de coco, além de puxões de cabelo e muitas vezes, colocavam-nos para fora de casa fazendo-os dormirem na rua. (Processo do Conselho Tutelar).

d) Denúncia contra o Anjo Ariel:

Denúncia partiu da Irmã de Ariel que denunciou que ela fechava a casa durante o dia ou a noite e passava a espancar as crianças, certa vez inclusive aumentou o som em um volume bem alto para que ninguém escutasse a mesma bater nas

crianças com um rapa coco, tendo uma vizinha ido intervir para que nada de pior ocorresse com as crianças. Outro momento a filha foi espancada pela mãe com uma concha de pegar salgados, agressão esta que causou hematomas pelo corpo da criança a mesma passou a sofrer constantemente espancamentos com pedaços de corda, paus, puxões de cabelos, murros nas costas e muitas outras agressões verbais tipo: maconheira, marginal, rapariga entre outras palavras que estão causando traumas nas filhas. (Processo do Conselho Tutelar)

e) Denúncia contra o Anjo Caliel:

A denúncia foi anônima, alegando que o marido dela espanca os com pedaços de pau, chutes, bofetadas, cabo de vassoura, e tanto ela é conivente como também pratica maus tratos com cipós e tapas. (Processo do Conselho Tutelar).

Vemos pelos depoimentos que em apenas dois casos foram parentes que denunciaram, as outras denúncias foram feitas anonimamente, são ações que a comunidade e alguns familiares reconheceram como sendo inapropriado, exagerado, espancamento, e por isso, os denunciaram. Ou seja, os motivos da violência sempre são levados pela forma como os indivíduos se relacionam, neste trabalho, considera-se que a violência é uma forma de relação social, a qual homens produzem e reproduzem seu modo de agir em sociedade.

Com base nesse contexto pode-se argumentar que a mãe apesar de praticar atos agressivos contra seus filhos por motivos diversos, como raiva, problemas com bebidas e drogas, e por ser a única responsável. O que determina as ações agressivas não seria o tempo que passam com as crianças, mas sim, porque cabe a ela culturalmente a responsabilidade de cuidar, educar, socializar seus filhos. Como o foi percebido por Afonso e Filgueiras (1996) que frequentemente é a mãe quem tem o papel de articuladora da rede de parentes, no estudo qualitativo feito pelas autoras constatou-se que a mãe é a figura central, na mediação entre crianças/ adolescentes e a sociedade. Mesmo atualmente, com tantas conquistas das mulheres, ainda cabe a ela o papel principal no âmbito doméstico.

Nota-se que o ideal de mãe que povoa o imaginário da sociedade brasileira, crê que este sujeito é um ser de dedicação, amor, carinho, dotado de sacrifício pela sua prole. Tanto que, ao reconhecer o ato como violência a mãe que o pratica deixa de ser considerada com estes atributos e passa a ser vista como irresponsável, monstro, desumana. Isto é, nossa sociedade tende a desassociar a mãe boa da mãe que violenta.

Segundo Saffioti (1980), a sociedade ocidental ainda legitima dois tipos de mulheres:

A mulher-mãe, a mulher-esposa, a mulher-anjo, cujo destino é cumprir suas funções sociais sem jamais reclamar. Na alegria ou na dor, ela deve sempre considerar-se ser secundário. (...) a mulher deve cultivar, colocando-se na posição do ser passivo, que sofre e compreende. E do outro lado, a mulher sensual, a mulher sentidos, a mulher prazer, esse tipo de mulher constitui no imaginário a marginalia, coloca-se fora dos limites da família, no lugar do puro prazer. E o homem transita pelos esses dois mundos em si mesmo incomunicáveis, ou seja, o da honra e o do prazer. (SAFFIOTI, 1980, p. 14).

Ainda, seguindo o pensamento de Saffioti (1980), essa ideologia veicula inconscientemente, embora não esteja enraizada no ser da mulher, mas coloca a mulher apenas como emoção e o homem no papel de razão.

CONSIDERAÇÕES COMPLEMENTARES

Portanto, a imagem da mulher vincula-se a idéia de corpo, sentimento, passividade, docilidade de tal forma que elas absorvem isso como se fosse natural, configurando um *habitus* que a mulher não se ver de outra maneira que não seja esta. E a medida que é inferiorizada, também passa a crer na própria inferioridade, perpetuando isto socialmente e transmitindo a filhos e filhas. Veiculando assim, inconscientemente, sem raízes em seu próprio ser de mulher, mas ancorada numa infra-estrutura econômica que a alimenta e revigora a todo instante.

Este trabalho compreende que essa imagem da mulher também dificulta vê-la como uma possível agente de violência, pois um ser passivo não é agente de ação, essa visão não concebe a mulher em sua prática de violência, e atos como o de bater nos filhos se torne apenas uma prática corriqueira normatizada e legitimada pela sociedade.

Nota-se também que, o que define se o bater é violência ou não será sempre o olhar do outro, ou seja, a comunidade em que a mãe está inserida como é demonstrado nas verbalizações das entrevistadas.

[...] A gente não deve criar os filhos espancando não, mas tem as horas que a gente tem que bater nos filhos [...]. Anjo Gabriel (informações verbais).

[...] mas como eles são um pouco ruins de a gente lutar, então a gente tem que dar mesmo. Anjo Miguel (informações verbais)

[...] as vezes é que ele leva umas palmadas. É assim também agente não vai criar sem dar uma palmada não é? Anjo Omael (informações verbais).

[...] Eu não acho errado bater não, eu acho certo! O povo é que diz que eu vou perder meus filhos, se o Conselho Tutelar bater em cima de mim. (*Sic*) Anjo Lanael (informações verbais).

[...] A gente conversa se não resolver coloca de castigo, [...] ensinar as coisas a ela, não espancando a criança, porque tudo que você ensina falando ela aprende, sem machucar, [...]. Eu tenho uma amiga que ela tem uma filha de oito meses e ela bate na menina, eu acho errado o que ela faz, e eu não quero isso para a minha filha. Anjo Umabel (Informações Verbais).

E segundo as próprias mães não estão praticando nenhuma violência contra seus filhos, apenas ensinando, pois consideram o bater necessário.

Sendo assim o presente estudo mostra que a boa mãe não está desvinculada da mãe que bate, que violenta seus filhos, pelo contrário, ela é o mesmo ser o que definirá se sua atitude é de boa mãe ou não será o olhar do outro. Já que em nossa sociedade convivem dois pensamentos sobre o bater nas crianças o que acredita que só serão violência os casos de castigos imoderado e / ou cruéis, uma vez que, de maneira conservadora vêem a aplicação do provérbio de Salomão: Não retires a disciplina da criança; pois se a fustigares com a vara, nem por isso morrerá. (provérbio, 23:13). Por outro lado, os que acreditam que todas as medidas punitivas que atinjam o corpo da criança e/ou adolescente podem e devem ser consideradas violência, uma vez que provoca dor física, podem também englobar como violência os castigos tidos como leves como é o caso da palmada.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Maria Lúcia M. e FILGUEIRAS, Cristina A. C. Maternidade e vínculo social. **Revista Estudos Feministas**. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. UFRJ, 1996.

ARIÈS, P. **História da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

AZEVEDO, Maria Amélia. **Hitting Mania: domestic corporal punishment of children and adolescents in Brasil**. Viviane N. A. Guerra e Maria Amélia Azevedo (Org.). São Paulo: IGLU, 2001.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: O mito do amor materno**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. São Paulo: Berthand Brasil, 2002.

CHODOROW, N. **Psicanálise da Maternidade. Uma Crítica a Freud a Partir da Mulher.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1990.

FALCKE, Denise; WAGNER, Adriana. Mães e madrastas: mitos sociais e autoconceito. **Estudos de Psicologia.** Natal, v. 5, n. 2, jul./dez. 2000.

FONSECA, Cláudia. **Família, Fofoca e Honra.** Porto Alegre, UFRGS, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir.** Rio de Janeiro: Vozes, 1975.

GUERRA, V. N. de Azevedo. **Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada.** 3. ed., São Paulo, Cortez, 1998.

LANGLEY, R. LEVY, R.C. **Mulheres espancadas fenômeno invisível.** São Paulo, Hucitec, 1980.

MOURA, Solange Maria Sobottka Rolim de & ARAÚJO, Maria de Fátima. **A maternidade na história e a história dos cuidados maternos.** Psicol. cienc. prof. v.24 n.1 Brasília: março de 2004.

PRIORE, Mary Del. **História da criança no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1991.

PRIORE, Mary Del. **A família no Brasil Colonial.** São Paulo: Moderna, 1999.

SAFFIOTI, H. In Silva, L.M.P. **Violência Doméstica contra a criança e o adolescente.** Recife: EDUPE, 2002. Disponível em: http://dtr2001.saude.gov.br/editora/produtos/livros/pdf/03_1492_m.pdf. acesso em 25 julho 2006.

SOUSA, Alípio. **Medos, mitos e castigos: notas sobre a pena de morte.** São Paulo, Cortez, 1994.

SOUZA, Adriana A. **A outra face da família: sobre a violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes.** Monografia de Conclusão de Curso, Ciências Sociais da UFRN, p. 57, 2005.

SCAVONE, Lucila. **Dar a vida e cuidar da vida: feminismo e ciências sociais.** São Paulo: Editora UNESP, 2004.

SILVA Y.F. A aceitabilidade da violência: para além das palavras. **Cadernos Necivisa**, v.2, n.2, p. 23-29, 2000.

WEBER, L. N. D.; VIEZZER, A.P.; BRANDENBURG, O. J. Famílias que maltratam: uma tentativa de socialização pela violência. **Psico USF**, v. 7, nº. 2 Itatiba dez, 2002.

WEBER, L. N. D.; VIEZZER, A.P.; BRANDENBURG, O. J. O uso de palmadas e surras como prática educativa. **Estudos de psicologia**, v. 9 nº. 2 Natal maio/agosto. 2004.